



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2015

B-3

POÇO REDONDO

## Pais e alunos querem o início do ano letivo

Alunos, professores e pais realizaram na manhã de ontem, 4, um protesto em frente ao Fórum de Justiça do município de Poço Redondo, para reivindicarem o início do ano letivo na rede estadual de ensino. Em virtude de sérios problemas na estrutura física das escolas, uma decisão judicial, no final do ano passado, determinou que as aulas apenas seriam iniciadas com a resolução dos problemas. O ano letivo estava previsto para ter começado no último dia 9 de fevereiro. A Seed informou que já está adotando as providências.

Os problemas estruturais nas escolas da rede estadual em Poço Verde foram alvo de denúncia de professores e pais de alunos no final do ano passado. Eles então procuraram o Ministério Público do Estado de Sergipe, que ingressou com uma Ação Civil Pública, com o objetivo de que a Secretaria de Estado da Educação providenciasse a adequação e reforma do sistema de combate a incêndios, das instalações elétricas e do acondicionamento adequado dos botijões de gás (GLP), bem como da regularização dos sistemas de edificações e instalações nas escolas da rede estadual de ensino, antes do início do ano letivo de 2015.

Na decisão, o juiz da Comarca de Poço Verde, Antônio Carlos de Souza Martins, determinou ao Estado de Sergipe que, até antes do início do ano letivo de 2015, promova a regularização dos problemas apontados pelo Corpo de Bombeiros Militar e pela Vigilância Sanitária, no sentido de promover a revisão, adequação e reforma do sistema de combate a incêndios, das instalações elétricas, do acondicionamento adequado dos botijões de gás (GLP), bem como da regularização dos sistemas de edificações e instalações nas escolas da rede estadual de ensino. Caso as aulas fossem reiniciadas sem as devidas regularizações, foi fixada uma multa de R\$ 2 mil contra o governador do Estado.

“Temos problema estrutural nas escolas como acessibilidade, botijão de gás dentro de cantinas, o que não é permitido. Em uma das escolas tem fiação exposta e as salas divididas por madeirites. Sem uma estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades escolares”, disse o professor Roberto da Silva Santos, diretor do departamento de Assuntos de Base Estadual do Sínese (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe).

As denúncias quanto a situação física das escolas da rede estadual no município de Poço Verde já duram cerca de quatro anos, quando um relatório elaborado pelo Serviço de Sindicância e Auditoria de Escolas (Sesae), com o fim de averiguar a estrutura física do prédio locado para funcionar a Escola Estadual Sebastião da Fonseca, concluiu que o imóvel não oferecia estrutura física adequada para funcionamento, possuindo instalações elétricas e hidráulicas precárias, fiação exposta, salas de aula divididas com madeiras, entre outros problemas estruturais.

Um outro relatório desta vez elaborado pela Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária, constatou inúmeras irregularidades, principalmente na Escola Agrícola Municipal Presidente José Sarney e na Escola Estadual Epifânio Dória. Até mesmo o Corpo de Bombeiros confeccionou um Relatório de Vistoria, e concluiu que nenhuma das escolas atendia às regras de segurança contra incêndio e pânico vigentes, já que nenhuma delas possuíam extintor, sinalização e iluminação, que são itens obrigatórios.

“O que se observa nas escolas em Poço Verde são problemas de saúde pública e de segurança para professores e alunos”, comentou Roberto da Silva. “O que impressiona é que a decisão judicial foi em dezembro do ano passado e a Secretaria de Estado da Educação não fez nada até agora. Nem sequer procurou a Justiça ou o Ministério Público para se justificar. O Estado lavou as mãos, não fez nada. O que se viu é que preferiram prejudicar os alunos para que o governador não pagasse a multa”, reclamou o professor, que exigiu a presença do secretário de Estado da Educação, Jorge Carvalho, na audiência judicial marcada para o próximo dia 11. Um novo ato, em frente ao Fórum, está agendado para esta data.

▼ DECISÃO JUDICIAL IMPEDIRÁ O INÍCIO DAS AULAS DEVIDO AOS SÉRIOS PROBLEMAS NA ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS